

51 ressalvas, no tocante às competências do Conselho, entendendo que a discricionalidade de enviar o  
52 projeto, bem como a responsabilidade no caso de não haver condições de aporte, é do Prefeito Luiz  
53 Evaldo questionou quais seriam os questionamentos ao Conselho Fiscal. A conselheira Ana Paula  
54 informou que o Conselho Fiscal analisaria toda a documentação dando subsídio ao Conselho  
55 Administrativo. A conselheira Karen pediu que, mesmo que passe ao Conselho Fiscal, que não haja  
56 demora na deliberação. Gilberto ressaltou que o Conselho não teve o tempo necessário para analisar e  
57 definir sobre o projeto. A assessora citou que enviou em dois projetos diferentes o aumento da alíquota  
58 dos professores e da segregação. Ficou definido em consenso que o projeto será enviado ao Conselho  
59 Fiscal, nos termos do artigo 151 da Lei 11348/2011, para análise na próxima reunião, dia 18/02/16,  
60 quanto às alterações propostas, especialmente por se tratarem de alterações no Fundo Financeiro e  
61 Previdenciário. O Superintendente compareceu à reunião a partir das 10h14. Passou-se à análise do  
62 Ofício 137/2016. Quanto à suspensão da cobrança da taxa administrativa do Fundo Financeiro, que  
63 seria destinada ao Órgão Gerenciador, o conselheiro Marcello questionou a Assessoria se seria usada  
64 uma parte do superávit para suprir a cobrança da taxa, e ela confirmou. Informou ainda, que a intenção  
65 é isentar totalmente a taxa, e que o montante de 1,5 milhão repassado, permaneceria no Fundo  
66 Financeiro. O superintendente informou que no ano anterior foi reduzida a taxa, e em alguns outros  
67 anos, foi isenta. Quanto a este ofício, o Conselho aprovou a suspensão da cobrança e a abertura de  
68 crédito adicional solicitada. O Superintendente informou ao Conselho que na última quinta-feira a  
69 Santa Casa assinou o contrato com o Plano de Saúde, retomando o atendimento nos hospitais da Rede  
70 Iscal. Informou também que o Fundo Financeiro está com déficit de 10 milhões para o ano de 2016.  
71 Informou que recebeu parecer da PGM sobre a locação dos terrenos da Rua Pernambuco e da Rua  
72 Luis Dias. Em relação ao aporte, o superintendente informou que está tentando o contato e a resposta  
73 do Ministério da Previdência, e da sua preocupação de até quando seria viável a espera dessa resposta,  
74 pois há urgência na decisão. O presidente Marcello questionou quais seriam as consequências caso o  
75 Ministério não aprovasse a segregação. Denilson respondeu que de imediato não aconteceria nada,  
76 porém daqui a alguns anos, quando o Ministério perceber a situação, ou aprovaria a alteração na  
77 segregação ou a Caapsml não conseguiria os requisitos necessários para ter a CRP. Ana Paula  
78 questionou que o Fundo Financeiro já paga os 17%, mas a cobrança só seria recebida após 90 dias,  
79 então se fosse feita a segregação o fundo ficaria 90 dias sem receber, de acordo com o parecer da  
80 PGM. Karen informou que isso depende de como seria aprovado na Câmara, se com ou sem ressalvas.  
81 Sobre o Ofício 152/2016, o Presidente questionou o Superintendente se o processo seria conduzido  
82 pela Caapsml, e o mesmo informou que não. O Conselho concordou com a abertura de processo  
83 licitatório para aquisição de crachá. Passou-se ao Ofício 2855/2015, sobre a proposta para a Política de  
84 Investimentos para 2016. Marcello questionou o Superintendente sobre a ausência da restrição dos  
85 investimentos em bancos oficiais - sociedades de economia mista e empresas públicas na proposta  
86 apresentada. Karen ressaltou que não é uma política ilegal em outros municípios e que deveria ser  
87 aprovado se fosse o caso, com cautela. Luiz Evaldo ressaltou que há suspeitas de analistas econômicos  
88 que na Europa muitos bancos estão inadimplentes e, se isso acontecer, haverá um risco iminente de  
89 "quebradeira" no mundo todo na área financeira. Denilson defende a abertura da possibilidade de  
90 investimentos em instituições privadas, conforme apresentada pelo Comitê de Investimentos. Sugeriu  
91 de, no próximo ano, analisarem o cenário econômico e definirem um valor menor para investimento  
92 nesses bancos. Luiz Evaldo solicitou o acompanhamento trimestral das decisões do Comitê de  
93 Investimentos. Karen comentou que não há segurança no cenário econômico, mas que poderiam  
94 analisar o mercado para estabelecer um percentual e dar um voto de confiança ao Comitê de  
95 Investimentos. Gilberto disse que na opinião dele, a partir do momento em que se abre a política de  
96 investimentos teria que mantê-la por um período, e que seria contra a abertura, mesmo que limitada,  
97 no atual momento. Que não consegue visualizar investimentos firmes na situação atual. Marcello  
98 questionou o superintendente sobre a taxa de saída. Denilson disse que, orientado pelo economista,  
99 essa taxa já não existe mais. Denilson deixou registrado que defende uma diversificação da carteira de  
100 investimentos, e que os bancos públicos também têm riscos e retornos negativos. O presidente  
101 Marcello defende que diante do atual cenário econômico e por não acreditar que as instituições